
Menstruação e formação docente: o silenciamento dos corpos que menstruam em um currículo de Educação Física

Menstruation and teacher education: The silencing of menstruating bodies in the Physical Education curriculum

SANDRIELLY AMORIM SILVA, KRYSLA GABRIELLA TAVARES RAMALHO,
BRUNO GIUDICELLI, PETRA SCHNEIDER LIMA DOS SANTOS

Universidade Federal de Alagoas (UFAL), Brasil

RESUMO: Os cursos de licenciatura em Educação Física produzem e reproduzem concepções sobre o corpo atravessadas por normatividades e silenciamentos. Apesar dos avanços críticos, os currículos de formação ainda operam a partir de uma concepção universalizante de corpo, alinhada à racionalidade biomédica, na qual experiências corporais como a menstruação permanecem invisibilizadas (Beauvoir, 1970; Paula, Higino, & Segundo, 2022). Este estudo tem como objetivo analisar se há silenciamento da menstruação no Projeto Pedagógico Curricular (PPC, 2018) da Licenciatura em Educação Física da Universidade Federal de Alagoas – Campus Arapiraca. É uma pesquisa teórico-documental, fundamentada na análise de conteúdo e no diálogo com a literatura crítica, a Teoria Crítica e os estudos feministas. A análise evidenciou a ausência da menstruação e da saúde menstrual no currículo, em disciplinas de base biológica. Conclui-se que a incorporação dessa temática pode qualificar a formação docente, contribuindo para uma Educação Física comprometida com a equidade e a justiça curricular.

PALAVRAS-CHAVE: EDUCAÇÃO MENSTRUAL; SAÚDE MENSTRUAL; PROJETO PEDAGÓGICO.

ABSTRACT: Physical Education teacher education programs produce and reproduce conceptions of the body shaped by norms and silences. Despite critical advances, training curricula still operate from a universalized view of the body aligned with biomedical rationality, in which bodily experiences such as menstruation remain invisible (Beauvoir, 1970; Paula, Higino, & Segundo, 2022). This study aims to analyze whether there is a silencing of menstruation in the Pedagogical Curriculum Project (PPC, 2018) of the Physical Education teacher education program at the Federal University of Alagoas – Arapiraca Campus. It is a theoretical-documentary study based on content analysis and dialogue with critical literature, Critical Theory, and feminist studies. The analysis revealed the absence of menstruation and menstrual health in the curriculum, including in biology-based subjects. It concludes that incorporating this theme may improve teacher education, contributing to a Physical Education committed to equity and curricular justice.

KEYWORDS: MENSTRUAL EDUCATION; MENSTRUAL HEALTH; TEACHER EDUCATION PROGRAMS.

Introdução

A Educação Física, enquanto componente curricular da educação básica e campo acadêmico de formação docente, estabelece uma relação direta e indissociável com o corpo, o movimento e as práticas corporais socialmente produzidas. Trata-se de uma área do conhecimento que se constituiu historicamente a partir de necessidades sociais concretas, vinculadas a diferentes projetos políticos, econômicos e culturais, assumindo, ao longo do tempo, funções que extrapolam o ensino técnico do movimento. Conforme assinala o Coletivo de Autores (1992), a Educação Física não pode ser compreendida como uma prática neutra ou meramente instrumental, uma vez que suas ações pedagógicas participam ativamente da produção de sentidos sobre o corpo, a saúde, a normalidade e as formas legítimas de participação nas práticas corporais.

Ao longo de sua trajetória histórica, a Educação Física esteve associada a discursos higienistas, militaristas e biomédicos, que contribuíram para a construção de um ideal corporal baseado na disciplina, no controle e na eficiência, esse modelo, profundamente marcado por interesses políticos e sociais de cada época, moldou práticas pedagógicas que privilegiavam a padronização dos corpos, a obediência e o rendimento físico como indicadores de boa saúde e boa cidadania (Castellani Filho, 1991).

Mesmo com os avanços teóricos proporcionados pelas abordagens críticas a partir das décadas finais do século XX, muitos desses pressupostos permanecem presentes, de forma explícita ou velada, nos currículos de formação docente. Dessa maneira, torna-se fundamental compreender que o corpo trabalhado pela Educação Física não é um dado natural e universal, mas uma construção histórica atravessada por relações de poder, normas sociais e hierarquias simbólicas (Brancher, 2022).

Nessa direção, as perspectivas críticas em Educação Física contribuem para desnaturalizar concepções universalizantes de corpo, evidenciando que as práticas corporais são produzidas historicamente e refletem valores e interesses sociais específicos. A Teoria Crítica, conforme elaborada por autores como Adorno e Horkheimer (1985), oferece importantes subsídios para compreender como, no interior da sociedade capitalista, o corpo tende a ser submetido à racionalidade instrumental, sendo avaliado prioritariamente a partir de critérios de eficiência, funcionalidade e rendimento. Esse processo de racionalização produz a reificação do corpo, isto é, sua transformação em objeto funcional, ajustado às exigências do sistema social e econômico, em detrimento de sua dimensão sensível, histórica e social.

No campo da Educação Física, essa racionalidade se manifesta na centralidade de um corpo abstrato, universal e aparentemente neutro, que, na prática, corresponde ao corpo masculino, branco, jovem, saudável e produtivo. Essa construção hegemônica de corporeidade é resultado de uma tradição marcada por discursos biologizantes e normativos, que historicamente orientaram a área a partir de parâmetros de eficiência, rendimento e normalidade (Bracht, 1999; Soares, 1994).

Tal modelo corporal opera como referência normativa tanto nos currículos escolares quanto nos processos de formação inicial docente, orientando aquilo que deve ser ensinado, problematizado ou silenciado. Como analisa Brancher (2022), ao diluir as determinações históricas e sociais do corpo, o currículo da Educação Física tende a consolidar padrões normativos alinhados à lógica da indústria cultural, invisibilizando experiências corporais que escapam a esse ideal hegemônico.

É nesse cenário que determinadas experiências corporais passam a ocupar posições marginais no processo formativo, sendo tratadas como irrelevantes, inconvenientes ou incompatíveis com o

espaço do saber legítimo. Entre essas experiências, destaca-se a menstruação, um processo corporal que pode atravessar a vida de diferentes sujeitos ao longo de grande parte de suas trajetórias biográficas, produzindo impactos físicos, emocionais, sociais e simbólicos. Embora historicamente associada ao corpo feminino na cultura ocidental, a menstruação também pode ser vivenciada por diferentes pessoas que menstruam, incluindo meninas, mulheres cisgênero, homens trans e pessoas não binárias.

Essa compreensão amplia o debate sobre saúde menstrual ao reconhecer que a experiência de menstruar não está limitada a uma única identidade de gênero, mas atravessa múltiplas vivências corporais e sociais. Esse deslocamento é fundamental para romper com perspectivas essencialistas que vinculam automaticamente menstruação, feminilidade e maternidade, reforçando a necessidade de políticas públicas, práticas de saúde e abordagens educacionais que considerem a diversidade de corpos e identidades (Bobel, 2010). Apesar disso, a menstruação permanece amplamente silenciada nos contextos escolares e, de modo ainda mais contundente, nos cursos de formação docente em Educação Física (Wons, 2017).

Com o objetivo de fundamentar teoricamente a reflexão proposta neste estudo, realizou-se um levantamento exploratório da literatura científica sobre a temática da menstruação, gênero, currículo e formação docente em Educação Física. A busca bibliográfica foi realizada em bases de dados amplamente utilizadas nas áreas da Educação e das Ciências Humanas, incluindo o Portal de Periódicos CAPES. Foram utilizados descritores em português e inglês, combinados entre si, tais como: “menstruação”, “saúde menstrual”, “educação física”, “formação docente”, “currículo”, “gênero”, “menstrual health” e “physical education”.

O recorte temporal privilegiou publicações dos últimos quinze anos, concentrando-se, sobretudo, em produções mais recentes, com maior incidência a

partir da década de 2010, período em que se observa ampliação dos debates sobre saúde menstrual, dignidade menstrual e gênero no campo educacional. A seleção dos trabalhos considerou a pertinência temática, priorizando estudos que discutem corpo, gênero, práticas corporais e processos formativos no contexto escolar e universitário.

De modo geral, identificou-se um número reduzido de estudos que articulam diretamente a menstruação à Educação Física, sendo a maior parte da produção localizada em pesquisas desenvolvidas nas regiões Sudeste e Sul do país, com menor incidência em outras regiões. Além disso, observa-se que apenas uma parcela bastante limitada desses trabalhos aborda de forma explícita a relação entre menstruação e Educação Física escolar, enquanto a maioria trata a temática de maneira indireta, vinculando-a a discussões mais amplas sobre saúde da mulher, fisiologia do exercício ou gênero na educação. Esse panorama evidencia não apenas a escassez quantitativa de estudos, mas uma lacuna qualitativa na produção científica da área, especialmente no que se refere à articulação entre menstruação, currículo e formação docente.

Embora pareça sensato afirmar esse silenciamento a partir das experiências vivenciadas no processo formativo, é metodologicamente necessário reconhecer que a crítica não pode se sustentar apenas na experiência individual. A produção acadêmica exige fundamentação em dados e em levantamentos da literatura científica, o conhecimento científico se sustenta na verificação, na coerência teórica e na possibilidade de diálogo com pesquisas anteriores (Santos, 2010). Nesse sentido, a análise da produção na área evidencia um dado relevante: são raros — ou praticamente inexistentes — os estudos que abordam de forma direta a menstruação no contexto da formação profissional em Educação Física. Quando o tema aparece, tende a ser tratado de maneira tangencial, associado a debates mais amplos sobre fisiologia do exercício, desempenho esportivo ou

saúde da mulher, sem constituir objeto central de reflexão curricular ou pedagógica.

A escassez de estudos que articulem menstruação, currículo e formação docente não pode ser interpretada como ausência do problema, mas como expressão de um silenciamento epistemológico no interior do campo. De acordo com Wons (2017), esse silenciamento opera tanto pela naturalização da menstruação como um assunto “privado”, “íntimo” ou “biológico”, quanto pela manutenção de currículos que reproduzem concepções normativas de corpo, gênero e sexualidade. Ao não reconhecer a menstruação como fenômeno social, político e pedagógico, a formação docente contribui para a perpetuação de tabus, desigualdades e práticas escolares que reforçam estigmas e invisibilizam as experiências de pessoas que menstruam.

Conforme argumenta Brancher (2022), determinados temas e experiências corporais são historicamente excluídos do debate formativo por não se ajustarem à lógica da racionalidade instrumental que estrutura a Educação Física. A menstruação, por não se alinhar aos ideais de constância, controle e rendimento, é deslocada para fora do campo do saber legítimo, permanecendo à margem tanto dos currículos quanto da produção científica da área.

No âmbito desta investigação, a análise concentrou-se no Projeto Pedagógico Curricular (PPC, 2018) de um curso específico de Licenciatura em Educação Física, o que não autoriza generalizações empíricas acerca da totalidade dos currículos da área. Ainda assim, no documento analisado, observa-se que mesmo em disciplinas de base biológica, como Anatomia Humana e Fisiologia Humana, não há menção explícita ou discussão sistemática sobre o ciclo menstrual e suas implicações para a prática pedagógica. Essa ausência configura um limite formativo relevante, uma vez que a menstruação pode impactar diretamente a participação dos estudantes nas aulas de Educação Física, envolvendo aspectos como dores, desconfortos, variações de energia e

constrangimentos relacionados ao manejo do corpo no ambiente escolar. Sem formação específica, tais situações tendem a ser naturalizadas, resultando no afastamento ou na participação reduzida de alunas, frequentemente sem problematização pedagógica.

Além disso, a ausência dessa discussão limita a atuação docente diante de situações recorrentes no cotidiano escolar, como pedidos de dispensa durante o período menstrual, que passam a ser tratados de forma individual e acrítica, reforçando estigmas associados à incapacidade ou fragilidade e contribuindo para a exclusão parcial ou total de estudantes das aulas. Em contrapartida, a inclusão da temática na formação inicial possibilita o desenvolvimento de estratégias pedagógicas mais sensíveis às diferentes experiências corporais, como a adaptação de atividades, a diversificação das práticas corporais e a promoção de um ambiente de diálogo e acolhimento, ampliando não apenas as condições de participação das estudantes, mas também a capacidade docente de enfrentar desigualdades de gênero que se manifestam no cotidiano da Educação Física escolar.

Historicamente, a menstruação foi atravessada por discursos científicos, religiosos e culturais que contribuíram para a inferiorização das mulheres, associando o sangue menstrual a ideias de impureza, descontrole e limitação física. Conforme analisa Wons (2017), tais discursos produziram práticas de silenciamento e ocultamento do corpo feminino, ensinando meninas, desde a menarca, a esconder e disfarçar a menstruação, transformada em um segredo social. Iris Young (2005, como citado em Wons, 2017), ao discutir a chamada “etiqueta menstrual”, evidencia como essas normas sociais regulam comportamentos cotidianos, impondo constrangimentos e delimitando as formas de presença das mulheres nos espaços públicos e institucionais.

No âmbito da Educação Física, esses silenciamentos se manifestam de forma particularmente significativa, uma vez que se trata de

uma área cujo objeto central é o corpo em ação. A ausência de debates sobre menstruação, gênero e experiências corporais diversas faz com que práticas pedagógicas sejam construídas a partir de uma noção de corpo neutro, universal e descontextualizado, que não corresponde à realidade dos sujeitos que participam das aulas. Esse apagamento produz efeitos concretos: limita a participação de estudantes que vivenciam desconfortos menstruais, reforça estigmas associados ao corpo feminino e invisibiliza demandas específicas que deveriam ser consideradas no planejamento das atividades (Goellner, 2003; Altmann, 2015).

Paradoxalmente, aquilo que não se ajusta à lógica da constância, do desempenho e da performance tende a ser deslocado para o campo do privado, tornando-se invisível no currículo e na prática pedagógica. A menstruação, por envolver variações corporais, dores, fadiga, desconfortos e alterações hormonais, passa a ser percebida como um obstáculo ao rendimento, sendo frequentemente naturalizada como motivo legítimo para o afastamento das aulas, sem que haja qualquer problematização pedagógica (Silva et al., 2025).

Esse silenciamento se articula aos discursos normativos de gênero que atravessam os espaços educativos. Conforme argumentam Bogéa e Nunes (2022), tais discursos operam de maneira difusa, regulando quais corpos e experiências são considerados legítimos no ambiente escolar. Na Educação Física, a valorização de um corpo disponível, constante e performático contribui para marginalizar corpos marcados por processos fisiológicos associados à feminilidade, reforçando desigualdades de gênero no acesso, na participação e na permanência nas práticas corporais.

Silva et al. (2025) têm indicado que a menstruação constitui um fator relevante de afastamento de alunas das aulas de Educação Física escolar, evidenciando a persistência de silenciamentos e despreparos no trato pedagógico da temática. Tal realidade aponta para a

necessidade de que a formação inicial docente ofereça subsídios teóricos e pedagógicos capazes de enfrentar as desigualdades de gênero que atravessam o cotidiano escolar, especialmente no que se refere às vivências corporais das mulheres.

No que se refere às políticas públicas, a Cartilha Dignidade Menstrual (Brasil, 2025) constitui um documento orientador ao reconhecer a menstruação como uma questão de direitos, saúde e equidade, especialmente no campo educacional. O material destaca a importância da articulação entre informação qualificada, cuidado e acesso a direitos, defendendo ações intersetoriais que enfrentam a pobreza menstrual e promovam a permanência e a participação de meninas e mulheres nos espaços educativos. Além das condições adequadas para o cuidado com o corpo ao longo das diferentes fases da vida. Ao reconhecer a escola e as instituições formativas como espaços estratégicos para esse enfrentamento, o documento reforça o papel das políticas educacionais na superação de estigmas e desigualdades historicamente naturalizadas.

A Cartilha Dignidade Menstrual (Brasil, 2025) amplia a compreensão da menstruação ao situá-la no campo da saúde menstrual, entendida como parte natural da vida e presente em diferentes fases do desenvolvimento humano, da menarca à menopausa. Ao adotar essa perspectiva ampliada, o documento desloca a menstruação de um evento isolado para um processo contínuo, atravessado por dimensões biológicas, sociais, culturais e educativas, reforçando a necessidade de políticas e práticas institucionais que reconheçam essas vivências ao longo da trajetória formativa de meninas e mulheres.

A saúde menstrual é parte natural da vida e acompanha diferentes fases do desenvolvimento humano – da menarca (primeira menstruação) até a menopausa (última menstruação). Apesar de naturais, esses marcos ainda são cercados de tabus e falta de informação. Crianças e adolescentes, normalmente, enfrentam o desafio da primeira menstruação com medo e desinformação, com associações que muitas vezes prejudicam esse processo de ocorrer de maneira saudável. (Brasil, 2025, p. 5).

No âmbito das agendas internacionais de desenvolvimento, os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS), estabelecidos pela Organização das Nações Unidas, oferecem importantes referenciais para a promoção de sociedades mais justas e equitativas. O ODS 4 propõe assegurar uma educação inclusiva, equitativa e de qualidade, enquanto o ODS 5 estabelece metas voltadas à promoção da igualdade de gênero e ao empoderamento de mulheres e meninas. Nesse sentido, a incorporação de discussões sobre saúde menstrual e dignidade menstrual na formação inicial em Educação Física pode contribuir para a construção de práticas pedagógicas mais sensíveis às experiências corporais femininas, favorecendo a participação de meninas nas aulas e problematizando desigualdades historicamente naturalizadas no ambiente escolar. Ao preparar docentes para compreender e abordar pedagogicamente essas questões, a formação em Educação Física aproxima-se dos princípios defendidos pelos ODS, especialmente no que se refere à promoção de ambientes educativos inclusivos e comprometidos com a equidade de gênero (Organização das Nações Unidas, n.d.).

O presente artigo de opinião não se fundamenta em uma pesquisa empírica realizada com participantes. Trata-se de um ponto de partida reflexivo, originado a partir de uma inquietação inicial surgida no contexto da formação inicial em Educação Física, no âmbito da Universidade Federal de Alagoas (UFAL) – Campus Arapiraca. Essa inquietação emerge de situações concretas observadas ao longo da trajetória formativa, tanto nas disciplinas do curso quanto nas experiências

em programas de iniciação à docência, nas quais a menstruação aparece de forma recorrente como um tema evitado, silenciado ou tratado com desconforto.

A naturalização do afastamento de alunas das aulas práticas durante o período menstrual, frequentemente acompanhada de respostas breves e pouco problematizadoras, evidencia a ausência de subsídios teóricos e metodológicos na formação docente para lidar com essa realidade. Expressões de aceitação silenciosa, embora aparentem empatia, ocultam a falta de diálogo sobre as causas e implicações deste afastamento, bem como sobre as possibilidades pedagógicas de enfrentamento da questão. Tal silêncio revela um limite formativo importante, sobretudo em uma área que se propõe a problematizar o corpo e suas construções sociais.

Diante desse contexto, o objetivo deste artigo é refletir criticamente sobre o silenciamento da menstruação no PPC (2018) do curso de Licenciatura em Educação Física da UFAL – Campus Arapiraca, buscando compreender como essa ausência se articula a concepções normativas de corpo e gênero presentes na formação docente. Parte-se do pressuposto de que discutir a menstruação na formação inicial não significa biologizar ou essencializar o corpo feminino, mas reconhecê-lo como sujeito legítimo de conhecimento, experiência e intervenção pedagógica. Este estudo caracteriza-se como uma reflexão de natureza teórico-documental, fundamentada na análise do PPC (2018), em diálogo com a literatura crítica da área da Educação Física e com aportes teóricos do campo dos estudos de gênero e do feminismo. Não se trata, portanto, de uma pesquisa empírica com coleta de dados junto a sujeitos, mas de uma análise interpretativa orientada por uma inquietação formativa.

Por tratar-se de uma pesquisa de natureza teórico-documental que utiliza exclusivamente dados e documentos de domínio público (Projeto Pedagógico Curricular (2018) e literatura científica), sem a participação direta de seres humanos ou identificação

de sujeitos, o presente estudo está dispensado de apreciação e aprovação pelo Comitê de Ética em Pesquisa (CEP), conforme estabelecido na Resolução nº 510, de 07 de abril de 2016, do Conselho Nacional de Saúde (Art. 1º, inciso III).

A análise documental do PPC (2018) foi conduzida a partir de uma abordagem qualitativa fundamentada na Análise de Discurso, conforme proposta por Eni Orlandi (2003). Nessa perspectiva teórico-metodológica, o texto não é compreendido como portador de um sentido único e transparente, mas como espaço de produção de sentidos, atravessado por condições históricas, sociais e ideológicas. Assim, a análise orienta-se não apenas pelo que é explicitamente enunciado, mas também pelos silenciamentos e pelos não-ditos que constituem o discurso.

O processo analítico desenvolveu-se em três movimentos articulados. Inicialmente, realizou-se uma leitura exploratória do documento, com vistas à familiarização com sua organização, estrutura e regularidades discursivas. Em seguida, procedeu-se à análise dos sentidos que emergem das ementas, dos objetivos formativos e dos componentes curriculares, considerando tanto as menções explícitas quanto as ausências relacionadas ao corpo, ao gênero e à saúde menstrual. Por fim, esses sentidos foram interpretados em relação às condições de produção do discurso curricular, em diálogo com o referencial teórico mobilizado no estudo. Nesse enquadramento, a ausência de referências à menstruação foi compreendida não como mera lacuna, mas como efeito de um processo de silenciamento discursivo, vinculado a concepções normativas de corpo e gênero que atravessam a formação docente em Educação Física.

Foram observadas, de modo particular, as disciplinas de base biológica, como Anatomia e Fisiologia, bem como os componentes pedagógicos e os espaços de prática e estágio, considerando-se sua potencialidade para a inserção de discussões sobre o

corpo que menstrua e suas implicações na docência em Educação Física. A ausência explícita do tema da menstruação nesses componentes foi interpretada à luz da literatura, buscando-se compreender os sentidos desse silenciamento.

O diálogo com o referencial teórico incluiu autores da Educação Física crítica, como Brancher (2022), bem como contribuições do feminismo, especialmente Simone de Beauvoir (1970), e estudos contemporâneos sobre gênero, corpo e educação, como os de Bogéa e Nunes (2022), Wons (2017), Young (2005) e Willig e Schmidt (2024). Também foram considerados trabalhos e documentos que discutem a menstruação como questão social e de direitos, incluindo estudos sobre pobreza menstrual e políticas públicas (Paula, Higino & Segundo, 2022), relatórios internacionais sobre desigualdades e violações de direitos relacionados à menstruação (UNICEF & UNFPA, 2021), e à Cartilha Dignidade Menstrual (Brasil, 2025). Esse diálogo permitiu articular a análise documental com reflexões teóricas mais amplas sobre a produção de silenciamentos e normatividades nos currículos de formação docente.

Ao se debruçar sobre o PPC (2018) e suas ementas, este trabalho busca inaugurar uma problematização necessária, sobretudo no contexto de reformulação curricular, indicando a importância de refletir criticamente sobre quais corpos são considerados no processo formativo e quais permanecem silenciados. Trata-se, portanto, de um exercício inicial de análise e reflexão, que não se encerra em si mesmo, mas aponta para a necessidade de aprofundamentos futuros no campo da pesquisa, da formação docente e da prática pedagógica em Educação Física.

O presente estudo contribui para o campo da Educação Física ao analisar criticamente como a temática da menstruação e das experiências de pessoas que menstruam aparece ou é silenciada no Projeto Pedagógico do Curso de Educação Física do Campus Arapiraca. Ao articular os debates sobre saúde menstrual, dignidade menstrual e pobreza menstrual

com a formação docente, o estudo evidencia lacunas na abordagem dessas questões nos currículos de formação inicial. Dessa forma, a pesquisa pode ampliar o debate sobre gênero, corpo e currículo na Educação Física, apontando caminhos para uma formação docente mais inclusiva e alinhada à promoção da igualdade de gênero e ao direito à educação de qualidade, em consonância com os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável.

Discussão

Ao aprofundar a leitura do PPC (2018) do curso de Licenciatura em Educação Física da UFAL – Campus Arapiraca, torna-se possível compreender de maneira mais precisa como o silenciamento da menstruação se distribui de forma transversal ao longo de toda a estrutura formativa. A análise do conjunto de disciplinas obrigatórias, das disciplinas optativas e das atividades curriculares de extensão (ACEs) evidencia que a ausência do tema não se restringe a um núcleo específico do curso, mas atravessa os diferentes eixos que compõem a formação inicial docente.

O curso de Licenciatura em Educação Física da UFAL – Campus Arapiraca, possui carga horária total de 3.748 horas, conforme estabelecido no PPC (2018). A matriz curricular está organizada em três núcleos formativos, que estruturam a formação inicial docente a partir de diferentes dimensões do conhecimento.

O Núcleo de Formação Geral é composto por seis disciplinas obrigatórias, totalizando 396 horas, e contempla componentes voltados à formação pedagógica comum às licenciaturas da UFAL, como Profissão Docente, Política e Organização da Educação Básica no Brasil, Desenvolvimento e Aprendizagem, Didática, Gestão da Educação e do Trabalho Escolar e LIBRAS, ofertadas em articulação com os cursos de Pedagogia e Letras.

O Núcleo de Aprofundamento e Diversificação,

com carga horária de 1.854 horas, reúne disciplinas que abordam os processos educativos, organizacionais e de gestão na área educacional, bem como conteúdos relacionados à inclusão, à pesquisa, às metodologias de ensino das diferentes práticas corporais e aos fundamentos pedagógicos, históricos, filosóficos, biológicos e socioculturais da Educação Física. Esse núcleo concentra a maior parte das disciplinas que tratam diretamente do corpo, do movimento e das práticas corporais, constituindo o eixo central da formação específica do curso.

Já o Núcleo de Estudos Integradores corresponde a 1.428 horas e tem como objetivo articular formação teórica e prática, sendo composto pelos Estágios Curriculares Supervisionados, pelas Práticas Pedagógicas como Componentes Curriculares (PRACCs), pelas ACEs e pelas Atividades Acadêmicas, Científicas e Culturais. Esse núcleo busca promover a inserção progressiva dos estudantes nos contextos escolares e comunitários, articulando ensino, pesquisa e extensão.

Simone de Beauvoir (1970), ao analisar a construção histórica da mulher como “Outro”, demonstra como as experiências corporais femininas foram sistematicamente deslegitimadas no campo do conhecimento, sempre definidas em oposição ao masculino tomado como norma. Nesse sentido, o silêncio curricular em torno da menstruação reafirma hierarquias simbólicas que posicionam o corpo que menstrua como inadequado ou incompatível com o espaço do saber científico e pedagógico. Quando a formação inicial não aborda a menstruação como fenômeno social e pedagógico, futuros professores tendem a reproduzir práticas que silenciam diferenças corporais e reforçam desigualdades de gênero. Isso limita a construção de ambientes educativos democráticos e impede que a escola se torne um espaço de reconhecimento e cuidado. Ao contrário, quando o tema é incorporado ao currículo, abre-se a possibilidade de construir práticas mais inclusivas, que reconhecem vulnerabilidades, ampliam a

participação e desestabilizam hierarquias simbólicas que historicamente inferiorizam corpos menstruantes (Goellner, 2003; Altmann, 2015).

A ausência do tema não representa neutralidade científica, mas a reprodução de uma tradição filosófica, científica e pedagógica que historicamente associou o feminino à instabilidade, à fragilidade e à incapacidade.

Autores contemporâneos têm demonstrado que as representações sobre o corpo feminino e o ciclo menstrual são atravessadas por relações de poder e por discursos normativos de gênero. Willig e Schmidt (2024) observam que a sociedade ocidental empobreceu o significado simbólico do sangue menstrual, convertendo-o de símbolo de fertilidade, potência e renovação em signo de fraqueza, sujeira e incapacidade. Segundo as autoras, a perspectiva colonialista e patriarcal produziu uma “universalização do menstruar”, que desconsidera a diversidade de experiências corporais e impõe padrões normativos de comportamento, autocontrole e higienização.

Essas construções simbólicas não se restringem ao plano discursivo, produzindo efeitos concretos na participação de mulheres e meninas em práticas corporais e no ambiente escolar. Estudos têm evidenciado que a menstruação pode atuar como fator de afastamento ou participação reduzida em aulas de Educação Física, seja em função de desconfortos físicos, seja por constrangimentos e ausência de condições adequadas de manejo no contexto escolar (Silva et al., 2025; Sommer & Sahin, 2013). No contexto brasileiro, dados de organismos internacionais também indicam que a falta de infraestrutura, informação e acesso a produtos menstruais impacta diretamente a frequência e a participação escolar de estudantes (UNICEF & UNFPA, 2021), o que permite compreender que o afastamento das práticas corporais não se explica apenas por fatores biológicos, mas por condições sociais, culturais e institucionais mais amplas.

Essa ausência indica que o corpo que menstrua não se constitui, nesse contexto formativo, como objeto legítimo de reflexão, sendo subsumido a uma concepção abstrata e universalizante de organismo humano, que tende a diluir diferenças corporais concretas. Tal constatação, embora situada em um recorte específico, dialoga com análises teóricas que evidenciam como determinadas experiências corporais associadas à feminilidade são historicamente marginalizadas nos currículos, especialmente em áreas fortemente atravessadas pela racionalidade biomédica e funcional. Desse modo, o silenciamento identificado não pode ser compreendido como simples esquecimento ou lacuna pontual, mas como expressão localizada de uma lógica histórica mais ampla que associa o corpo feminino à fragilidade, à instabilidade e à inadequação ao espaço do saber legitimado.

Sob a ótica da antropopedagogia contemporânea proposta por Charlot (2023), afastar-se dessa racionalidade mecânica e puramente funcional implica resgatar o sentido pleno do ato educativo, deslocando a formação da lógica do rendimento para reposicionar o ser humano, em sua totalidade concreta e sensível, no centro da reflexão pedagógica. Esse movimento teórico coaduna-se com a premissa de que o indivíduo nasce hominizado, mas precisa produzir-se como humano por meio da inserção ativa no mundo e da apropriação de suas mediações (Charlot, 2024). Portanto, ao invisibilizar as vivências fisiológicas e biográficas de corpos que menstruam, o currículo de Educação Física rompe com seu fundamento antropológico essencial, pois falha em acolher o corpo real como um espaço legítimo de humanização, de subjetivação e de atribuição de sentidos.

Esse silenciamento curricular não pode ser compreendido de forma dissociada da construção simbólica histórica da menstruação. Conforme argumentam Fáveri e Venson (como citado em Wons, 2017), a menstruação atravessou séculos de censura,

silêncio e controle social, sendo sistematicamente deslocada para o campo do privado e do indizível. Desde a menarca, meninas aprendem a ocultar o ciclo menstrual, evitando nomeá-lo ou discuti-lo publicamente, internalizando sentimentos de vergonha e inadequação. Iris Young (2005, como citado em Wons, 2017) denomina esse conjunto de normas e expectativas de “etiqueta menstrual”, um dispositivo simbólico que impõe às mulheres uma vigilância constante sobre o corpo e regula aquilo que pode ser exposto ou deve permanecer oculto nos espaços sociais e institucionais.

No campo educacional, tais silenciamentos ganham contornos ainda mais concretos. A ausência de informações adequadas sobre a fisiologia feminina e a inexistência de políticas de educação menstrual nos currículos escolares comprometem a dignidade das estudantes, produzindo ambientes marcados por constrangimento, desinformação e desigualdade (Reyes et al., 2023). De forma convergente, Cavalcante e Santos (2023) evidenciam que o manejo inadequado da menstruação, associado à carência de produtos de higiene e de infraestrutura sanitária nas instituições de ensino, atua como fator impeditivo da participação feminina em atividades educacionais e esportivas, reproduzindo desigualdades de gênero e limitando o desenvolvimento pleno das alunas.

O conceito de gênero refere-se às construções sociais e históricas que atribuem significados ao que é considerado masculino e feminino em uma determinada sociedade, indo além das diferenças biológicas entre os sexos. Segundo Louro (1997), o gênero é constituído nas relações sociais, nos discursos e nas práticas culturais que organizam a vida em sociedade, influenciando comportamentos, identidades e oportunidades. Nesse contexto, no âmbito da Educação Física escolar, torna-se essencial compreender como essas construções podem impactar a participação de meninas e meninos nas práticas corporais, muitas vezes reproduzindo estereótipos ou desigualdades. Além disso, discutir

gênero nesse campo também implica considerar aspectos relacionados ao cuidado com o corpo e à saúde, como a saúde menstrual, que historicamente foi cercada por silêncios e tabus.

No campo dos estudos de gênero, as experiências corporais têm sido compreendidas como fenômenos que extrapolam dimensões estritamente biológicas, sendo atravessadas por processos sociais, culturais e políticos que produzem significados sobre os corpos. A menstruação, nesse sentido, não pode ser interpretada apenas como um evento fisiológico, mas como uma experiência marcada por normas sociais que historicamente produziram silenciamento, vergonha e invisibilidade em diferentes contextos institucionais, entre eles a escola. Como argumenta Judith Butler (2004), as normas de gênero regulam quais corpos e quais experiências corporais podem ser publicamente reconhecidos ou legitimados. Assim, quando a menstruação permanece ausente ou pouco discutida nos processos de formação docente e nos currículos escolares, evidencia-se a presença de mecanismos sociais que delimitam quais experiências corporais são consideradas legítimas no espaço educacional.

No âmbito das práticas corporais e esportivas, essas dinâmicas tornam-se ainda mais evidentes. Pesquisa desenvolvida por Silvana Vilodre Goellner e colaboradores (2010) demonstram que as políticas e práticas relacionadas ao esporte e ao lazer foram historicamente estruturadas a partir de normas de gênero que privilegiam determinadas formas de participação corporal, frequentemente associadas ao masculino, enquanto outras experiências permanecem marginalizadas ou invisibilizadas. Essas desigualdades de gênero também se manifestam nos contextos educacionais e nas práticas pedagógicas da Educação Física, contribuindo para a reprodução de concepções normativas sobre os corpos. Nesse cenário, discutir a menstruação no âmbito da formação docente torna-se uma estratégia importante para problematizar as hierarquias corporais presentes

no campo da Educação Física e ampliar o reconhecimento das experiências corporais vividas por estudantes que menstruam.

Além disso, pesquisas internacionais têm evidenciado que os tabus associados à menstruação produzem impactos concretos na participação escolar de estudantes. O estudo desenvolvido por Marni Sommer e Murat Sahin (2013), baseado em evidências provenientes de diferentes contextos nacionais, como Bangladesh, Etiópia e Nepal, destaca que o silêncio institucional em torno da menstruação, aliado à falta de informação e de apoio pedagógico, contribui para situações de constrangimento, evasão temporária das aulas e dificuldades de participação plena no ambiente escolar. Ao analisar essas questões a partir da perspectiva de gênero, torna-se possível compreender que tais dificuldades não são apenas individuais ou biológicas, mas resultam de estruturas sociais que regulam e disciplinam os corpos que menstruam. Ao incorporar o debate de gênero na formação docente em Educação Física possibilita tensionar esses silenciamentos históricos e promover práticas pedagógicas mais inclusivas, capazes de reconhecer a diversidade de corpos e experiências presentes na escola.

Além das dimensões simbólicas, a menstruação está profundamente articulada a aspectos materiais e estruturais. A pobreza menstrual — compreendida como a falta de acesso a produtos adequados de higiene, infraestrutura sanitária, saneamento básico e informação — configura uma forma concreta de violação de direitos humanos e educacionais. A ausência de políticas públicas eficazes e de ações educativas sistemáticas no currículo escolar contribui para o absenteísmo, a evasão escolar e a intensificação de sentimentos de vergonha e constrangimento, especialmente entre estudantes em situação de vulnerabilidade social (Reyes et al., 2023).

De acordo com o Fundo das Nações Unidas para a Infância (UNICEF) e o Fundo de População das Nações Unidas (UNFPA) (2021), os conceitos de saúde

menstrual e dignidade menstrual têm sido utilizados para compreender as condições em que pessoas que menstruam vivenciam o ciclo menstrual. A saúde menstrual corresponde a um estado de bem-estar físico, mental e social ao longo das diferentes fases da vida, não se restringindo à ausência de doenças. Já a dignidade menstrual envolve a garantia de acesso a informações de qualidade, produtos menstruais seguros, serviços de saúde adequados e ambientes livres de estigmas, preconceitos ou discriminações, sendo compreendida como condição fundamental para a promoção da saúde e da dignidade humana.

Para além das dimensões simbólicas e culturais, em estudos recentes, como o de Paula, Higino, e Segundo (2022), têm ampliado o debate ao discutir a saúde menstrual e a chamada pobreza menstrual, evidenciando que a falta de acesso a produtos de higiene, infraestrutura sanitária adequada e informações sobre o próprio corpo pode transformar o ciclo menstrual em uma experiência marcada por constrangimentos e limitações na vida cotidiana. Nesse sentido, discutir saúde menstrual, dignidade menstrual e pobreza menstrual torna-se fundamental para compreender como determinadas experiências corporais permanecem invisibilizadas nos processos formativos e nos currículos da Educação Física.

Segundo a Cartilha Dignidade Menstrual (Brasil, 2025), discutir a menstruação significa tratar de saúde, educação e equidade, reconhecendo que mulheres e pessoas que menstruam, em diferentes fases da vida, necessitam de informação qualificada e condições adequadas para o cuidado com o próprio corpo. A inexistência de espaços institucionais de acolhimento, de acesso a produtos de higiene e de ambientes apropriados para o cuidado menstrual revela uma negligência estrutural das instituições educacionais com a saúde menstrual das discentes.

No contexto da UFAL – Campus Arapiraca, observa-se a ausência de espaços institucionais destinados ao apoio de estudantes que enfrentam desconfortos físicos ou emocionais durante o ciclo

menstrual, bem como a inexistência de locais adequados para higienização e cuidado. Tal lacuna institucional reforça a compreensão de que o corpo que menstrua ainda não é reconhecido como sujeito legítimo no espaço universitário, permanecendo à margem das políticas de permanência estudantil e das práticas pedagógicas. A promoção da saúde menstrual, portanto, pressupõe a garantia de condições dignas de cuidado integral, autonomia corporal e equidade de gênero, conforme orienta a Cartilha Dignidade Menstrual (Brasil, 2025), articulando políticas institucionais, formação docente e práticas pedagógicas comprometidas com a justiça social.

Pesquisas mostram que 1 em cada 4 meninas falta à escola no Brasil durante a menstruação, o que traz prejuízos à sua aprendizagem; cerca de 4 milhões de meninas não têm acesso nas escolas a ao menos um dos seguintes itens: banheiros em condições de uso, com pia e sabão, absorventes e papel higiênico; e apenas 20% das alunas sentiam-se bem informadas na ocasião da primeira menstruação. Essa falta de informação, aliada aos preconceitos e à carência no acesso a itens de higiene pessoal, gera desconforto, constrangimento e até bullying, o que exclui as meninas de diversas atividades cotidianas. (Brasil, 2025, p. 16).

No que se refere às disciplinas introdutórias e de fundamentação teórica do currículo de formação em educação física em questão, como “Introdução à Educação Física e Fundamentos Históricos, Filosóficos e Sociológicos da Educação Física”, observa-se um esforço em situar a área enquanto prática social historicamente construída, marcada por disputas de sentido em torno do corpo, do movimento e da educação. Contudo, mesmo nesses componentes, nos quais se discute a constituição histórica da área, as relações entre corpo, poder e gênero, a menstruação não aparece como categoria de análise, permanecendo ausente das problematizações sobre quais corpos foram historicamente legitimados pela Educação Física e quais foram marginalizados.

As disciplinas de base biológica — Anatomia

Humana, Fisiologia Humana, Cinesilogia, Biomecânica e Crescimento e Desenvolvimento Humano — ocupam lugar central na matriz curricular e são tradicionalmente responsáveis pela compreensão do funcionamento corporal e do movimento humano. No entanto, a leitura de suas ementas revela uma abordagem centrada em sistemas, estruturas e funções tratadas de forma universalizante. Ainda que a Fisiologia Humana contempla conteúdos relacionados aos sistemas endócrino e reprodutivo, não há referência explícita ao ciclo menstrual enquanto processo que atravessa o cotidiano corporal de mulheres e pessoas que menstruam, nem às implicações desse fenômeno para a prática pedagógica em Educação Física. Tal ausência reforça a crítica de Beauvoir (1970) acerca da produção do corpo feminino como alteridade, cuja experiência é sistematicamente deslocada do centro do conhecimento.

No campo das disciplinas pedagógicas e didático-metodológicas — Didática, Gestão da Educação e do Trabalho Escolar, Metodologia do Ensino da Educação Física Escolar —, identifica-se um potencial significativo para a problematização das questões de gênero, corpo e participação escolar. Esses componentes abordam temas como processos de ensino-aprendizagem, organização do trabalho pedagógico, políticas educacionais e práticas docentes na escola. Entretanto, a ausência da menstruação enquanto conteúdo explícito nas ementas indica que tais debates permanecem dependentes da iniciativa individual de docentes, não sendo garantidos como parte estruturante da formação. Conforme apontam Bogéa e Nunes (2022), os silêncios curriculares operam como mecanismos de regulação, delimitando aquilo que pode ou não ser problematizado no espaço formativo.

A disciplina de Educação Física Adaptada, voltada à discussão sobre diferenças corporais, inclusão e necessidades específicas, também não contempla, em sua ementa, reflexões sobre o corpo que menstrua.

Essa lacuna é particularmente significativa, uma vez que a menstruação envolve variações corporais que impactam diretamente a participação nas práticas corporais, mas que não são reconhecidas como dimensão legítima da diversidade corporal abordada pelo curso.

Os Estágios Supervisionados I, II, III e IV constituem momentos privilegiados de articulação entre teoria e prática, nos quais os discentes entram em contato direto com a realidade das escolas da educação básica. Contudo, a ausência de discussões sistematizadas sobre menstruação ao longo das disciplinas teóricas limita a capacidade de análise crítica dessas vivências. Situações recorrentes observadas no contexto escolar — como a não participação de alunas nas aulas durante o período menstrual — tendem a ser naturalizadas, sem questionamento sobre suas causas estruturais, pedagógicas e simbólicas. Conforme relatado por Silva et al. (2025), a menstruação figura como um dos principais motivos de afastamento das aulas de Educação Física escolar, o que evidencia a necessidade de que a formação inicial ofereça subsídios teóricos para o enfrentamento dessa realidade.

No âmbito da produção acadêmica discente, a disciplina de Trabalho de Conclusão de Curso (TCC) da UFAL - Campus Arapiraca representa espaços de aprofundamento teórico e investigativo. Ainda assim, a inexistência de discussões prévias sobre menstruação e saúde menstrual ao longo da formação pode contribuir para a baixa incidência de pesquisas que abordem essa temática, perpetuando o ciclo de invisibilização no campo acadêmico da Educação Física.

As ACEs — conforme previstas no PPC (2018) — configuram-se como espaços formativos articulados à realidade social e comunitária, com potencial significativo para a inserção de debates sobre gênero, corpo e saúde menstrual. Por sua natureza extensionista, as ACEs possibilitam o desenvolvimento de ações educativas voltadas à

promoção da dignidade menstrual, ao diálogo com escolas e comunidades e à construção de práticas pedagógicas comprometidas com a equidade. No entanto, a ausência de diretrizes explícitas que incentivem a abordagem da menstruação nesses componentes evidencia que mesmo os espaços mais flexíveis do currículo não escapam aos silêncios estruturais que atravessam a formação.

A Cartilha Dignidade Menstrual (Brasil, 2025) destaca que políticas educacionais comprometidas com a equidade devem articular informação, cuidado e acesso a direitos. Nesse sentido, as ACEs poderiam constituir espaços estratégicos para a construção de projetos que enfrentem a pobreza menstrual, promovam informação qualificada e fortaleçam o vínculo entre universidade e comunidade. A inexistência de iniciativas institucionalizadas nesse sentido reforça a necessidade de revisão crítica do PPC (2018).

A análise conjunta das disciplinas obrigatórias, dos estágios, do TCC e das Atividades Curriculares de Extensão permite afirmar que o silenciamento da menstruação não se trata de uma lacuna isolada, mas de um padrão curricular que atravessa toda a formação docente em Educação Física. Tal padrão expressa a permanência de uma concepção de corpo universalizado, alinhada à racionalidade instrumental criticada por Brancher (2022), que tende a invisibilizar experiências corporais marcadas por gênero, historicidade e variação fisiológica.

Diante do processo de reformulação do PPC (2018) da UFAL – Campus Arapiraca, a explicitação dessas ausências assume relevância estratégica. A incorporação transversal da temática da menstruação — nas disciplinas de base biológica, pedagógica, nos estágios e nas ACEs — não implica ampliar indiscriminadamente o currículo, mas qualificá-lo, alinhando-o aos princípios críticos, humanistas e emancipatórios já declarados no documento. Trata-se de reconhecer o corpo que menstrua como sujeito legítimo de conhecimento, experiência e intervenção

pedagógica, contribuindo para a construção de uma formação docente mais justa, sensível às diferenças e comprometida com a transformação social.

A análise empreendida ao longo deste trabalho permite afirmar que o silenciamento da menstruação na formação docente em Educação Física não decorre de omissões pontuais ou circunstanciais, mas de uma organização curricular que, embora se declare crítica, humanista e comprometida com a formação ampliada dos sujeitos, ainda opera a partir de referências corporais universalizadas e normativas. As ementas fixadas no PPC (2018) exercem papel central na orientação da prática formativa e delimitam os contornos do que é reconhecido como conhecimento legítimo no processo de formação docente. Nesse sentido, ao não incorporarem de forma sistemática temáticas que tensionam a suposta neutralidade do corpo — como a menstruação —, contribuem para a manutenção de silêncios estruturais que atravessam a formação inicial.

À luz da Teoria Crítica, conforme discutido por Brancher (2022), currículos que não enfrentam explicitamente a reificação do corpo tendem a reproduzir formas sutis de dominação, naturalizando desigualdades e silenciamentos sob o véu da neutralidade científica. No caso específico da menstruação, essa lógica se expressa em sua exclusão enquanto objeto legítimo de reflexão pedagógica, deslocando-a para o campo do privado e do não pedagógico. Tal exclusão compromete a formação de professores e professoras capazes de reconhecer e problematizar as questões de gênero que atravessam o cotidiano escolar, limitando a construção de práticas educativas críticas e socialmente comprometidas.

As contribuições de Simone de Beauvoir (1970) aprofundam a compreensão desse fenômeno ao evidenciar que o silenciamento da menstruação está diretamente vinculado à condição histórica da mulher como “outro”, cuja experiência corporal foi reiteradamente desvalorizada nos processos de produção do conhecimento. Ao universalizar um

corpo que, na prática, corresponde ao masculino, o currículo reproduz hierarquias simbólicas que posicionam as experiências corporais femininas como secundárias, desviantes ou inadequadas ao espaço do saber legítimo. Não preparar docentes para tratar criticamente a menstruação significa, portanto, manter e atualizar essas hierarquias, em contradição com os princípios de uma Educação Física comprometida com a emancipação, a equidade e a justiça social.

Do mesmo modo, os estudos de Bogéa e Nunes (2022) evidenciam que a escola constitui um espaço privilegiado de produção e reprodução de normas de gênero, o que atribui à formação docente um papel estratégico na possibilidade de ruptura com essas normas. Ao não problematizar a menstruação durante a formação inicial, a Educação Física corre o risco de reforçar, ainda que de forma não intencional, práticas excludentes que naturalizam o afastamento de alunas das aulas, a reprodução de estigmas sobre incapacidade física e o silenciamento de vivências corporais concretas. Uma Educação Física alinhada ao campo progressista não pode prescindir desse debate sem comprometer seu próprio projeto político-pedagógico.

Conclusão

À luz do percurso teórico e analítico desenvolvido, sustenta-se que a inserção do debate sobre a menstruação na formação docente em Educação Física não se configura como um acréscimo circunstancial ao currículo, mas como um deslocamento epistemológico que tensiona os modos pelos quais o corpo tem sido historicamente concebido no campo. Reconhecer os corpos que menstruam como sujeitos legítimos de conhecimento, experiência e intervenção educativa implica confrontar regimes de visibilidade e invisibilidade que sustentam silenciamentos persistentes nos processos formativos, em consonância com os fundamentos da Educação Física crítica, que compreende o corpo como produção

histórica, social e política.

A análise do Projeto Pedagógico Curricular evidenciou que a ausência da menstruação enquanto tema formativo não constitui um dado isolado, mas se inscreve em uma racionalidade curricular que privilegia concepções normativas, universalizantes e performativas de corpo. Nesse enquadramento, determinadas experiências corporais são sistematicamente marginalizadas, operando por meio de exclusões silenciosas que delimitam o que pode ou não ser reconhecido como objeto legítimo de conhecimento. Assim, a incorporação dessa temática não pode ser reduzida a iniciativas pontuais, mas deve ser assumida como responsabilidade institucional, demandando articulação entre os diferentes eixos da formação e o desenvolvimento de repertórios teórico-pedagógicos que possibilitem a problematização das desigualdades que atravessam o cotidiano escolar.

Ao tensionar os limites de uma concepção funcional e instrumental do corpo, a inclusão da menstruação como objeto de reflexão amplia o horizonte formativo da Educação Física, aproximando-o de perspectivas comprometidas com a equidade e a justiça curricular. Tal movimento contribui para a construção de práticas pedagógicas mais sensíveis às múltiplas experiências corporais, favorecendo a participação e a permanência de estudantes, ao mesmo tempo em que desloca compreensões naturalizadas sobre gênero e corporalidade no espaço educativo.

Importa destacar que este estudo não pretende produzir generalizações empíricas acerca da totalidade dos cursos de formação em Educação Física, tampouco esgotar a complexidade da temática. Ao reconhecer seus limites, apresenta-se como ponto de partida para investigações futuras que possam aprofundar a compreensão das experiências de estudantes e docentes, bem como dos efeitos do silenciamento da menstruação nos processos formativos e nas práticas pedagógicas, especialmente por meio de abordagens qualitativas centradas na

escuta das vivências corporais.

Por fim, ao articular análise documental e referencial teórico crítico, o estudo reafirma a necessidade de que a Educação Física assuma, de modo explícito, o enfrentamento dos silenciamentos que atravessam seus currículos. Nesse horizonte, a problematização da menstruação na formação docente alinha-se a agendas internacionais voltadas à promoção da equidade educacional, como a Agenda 2030 das Nações Unidas, contribuindo para a construção de práticas pedagógicas comprometidas com a inclusão, a igualdade de gênero e o reconhecimento da diversidade de experiências corporais nos espaços educativos.

Referências

- Altmann, H. (2015). Gênero na educação física escolar: Uma revisão crítica. *Cadernos Cedes*, 35(96), 197–214.
- Beauvoir, S. de. (1970). *O segundo sexo*. Nova Fronteira.
- Bobel, C. (2010). *New blood: Third-wave feminism and the politics of menstruation*. Rutgers University Press.
- Bogéa, A. F., & Nunes, I. de M. L. (2022). Os discursos normativos de gênero configurando masculinidades no espaço escolar. *Civitas: Revista De Ciências Sociais*, 22(1), e41072. <https://doi.org/10.15448/1984-7289.2022.1.41072>
- Bracht, V. (1999). A constituição das teorias pedagógicas da educação física. *Cadernos Cedes*, 19(48), 69–88. <https://www.scielo.br/pdf/ccedes/v19n48/v1948a05.pdf>
- Brancher, C. E. L. (2022). *A Educação Física para o Ensino Médio no âmbito do Referencial Curricular do Paraná e a reificação do corpo: Uma análise na perspectiva da Teoria Crítica* [Dissertação de Mestrado, Universidade Estadual do Centro-Oeste]. Recuperado de <https://tede.unicentro.br/jspui/handle/jspui/1925>
- Brasil, Ministério da Saúde. (2025, novembro). *Cartilha — Programa Dignidade Menstrual (versão novembro 2025)* [PDF]. Governo Federal. Recuperado de <https://www.gov.br/saude/pt-br/centrais-de-conteudo/publicacoes/cartilhas/2025/cartilha-programa-dignidade-menstrual-novembro-2025.pdf>
- Butler, J. (2004). *Undoing gender*. New York: Routledge.
- Castellani Filho, L. (1991). *Educação física no Brasil: A história que não se conta* (3ª ed.). Papirus.
- Charlot, B. (2023). *O ser humano é uma aventura: Por uma*

- antropopedagogia contemporânea. Revista Internacional Educon, 4(1), e23041001. <https://doi.org/10.47764/e23041001>
- Charlot, B. (2024). Aprender é entrar no mundo humano e nele produzir-se como sendo humano (A educação como fundamento antropológico). Revista Internacional Educon, 5(1), e24051001. <https://doi.org/10.47764/e24051001>
- Coletivo de Autores. (1992). Metodologia do ensino de educação física. Cortez.
- Goellner, S. V. (2003). A produção cultural do corpo. Revista Brasileira de Ciências do Esporte, 24(2), 27–40.
- Goellner, S. V., Votre, S. J., Mourão, L., & Figueira, M. L. M. (2010). Lazer e gênero nos programas de esporte e lazer das cidades. Licere.
- Organização das Nações Unidas. (n.d.). Objetivos de desenvolvimento sustentável. <https://brasil.un.org/pt-br/sdgs>
- Paula, B. S. L. de, Higino, R. de C. B., & Segundo, F. M. M. P. (2022). Pobreza menstrual e políticas públicas: experiência de extensão no Instituto de Ciências Sociais. Extensão em Debate, 11(Edição Especial 10).
- Santos, B. de S. (2010). Um discurso sobre as ciências (16ª ed.). Cortez.
- Silva, S. A., Santos, L. F. L., Araújo, J. S., Vicente, T. S., Santos, P. S. L., & Albuquerque, J. O. (2025). Quem joga e quem observa: A influência do gênero na participação nas aulas de Educação Física [Trabalho completo]. Anais do XXIV Congresso Brasileiro de Ciências do Esporte e XI Congresso Internacional de Ciências do Esporte, São Paulo, Brasil. Recuperado de <https://cbce.org.br/evento/conbrace25>
- Soares, C. L. (1994). Educação física: Raízes européias e Brasil. Autores Associados.
- Sommer, M., & Sahin, M. (2013). Overcoming the taboo: Advancing the global agenda for menstrual hygiene management for schoolgirls. American Journal of Public Health.
- UNICEF, & UNFPA. (2021). Pobreza menstrual no Brasil: Desigualdade e violações de direitos. <https://www.unicef.org/brazil/relatorios/pobreza-menstrual-no-brasil-desigualdade-e-violacoes-de-direitos>
- Universidade Federal de Alagoas. (2018). Projeto pedagógico do curso de licenciatura em educação física – Campus Arapiraca. UFAL. Recuperado de <https://arapiraca.ufal.br/graduacao/educacao-fisica/documentos/projeto-pedagogico/ppc-educacao-fisica-arapiraca-integral-2018.pdf/view>
- Willig, C. L., & Schmidt, S. P. (2024). Vazantes das menstruações nos (dis)discursos da cultura, mídia e educação: uma revisão narrativa ciclocentrada. Caderno Pedagógico, 21(7), e5413. <https://doi.org/10.54033/cadpedv21n7-027>
- Wons, L. (2017). O poder simbólico da menstruação: discursos científicos sob o escrutínio das epistemologias feministas. Revista Feminismos, 4(1). Recuperado de <https://www.periodicos.ufba.br/index.php/feminismos/article/view/30183>

Sobre os Autores

SANDRIELLY AMORIM SILVA

- <https://orcid.org/0009-0003-4709-9220>
- Graduada em Licenciatura em Educação Física pela Universidade Federal de Alagoas, Campus Arapiraca, com trajetória acadêmica voltada à formação docente, à Educação Física Escolar e à iniciação esportiva. Atualmente, é bolsista do Programa Institucional de Bolsa de Iniciação à Docência (PIBID), desenvolvendo experiências pedagógicas no contexto escolar por meio do planejamento, intervenção e reflexão crítica sobre o ensino da cultura corporal. Integra a rede de pesquisa LEPEL/UFAL – Grupo de Estudo e Pesquisa em Educação Física, Esporte e Lazer –, vinculada a investigações sobre formação profissional, prática pedagógica e produção do conhecimento na área. Possui experiência como monitora de atletismo vinculada à Secretaria Municipal de Esportes de Arapiraca, atuando no acompanhamento de treinamentos e no incentivo à prática esportiva, além de ser atleta da modalidade e desenvolver atividades em escolinha de futebol com crianças e adolescentes, contribuindo para a iniciação esportiva e formação socioeducativa por meio do esporte. É autora de trabalho publicado nos Anais do CONBRACE/CONICE, intitulado “Quem joga e quem observa? A influência do gênero na participação das aulas de Educação Física”, evidenciando seu interesse em pesquisas relacionadas à Educação Física Escolar, relações de gênero, metodologias de ensino, esporte educacional e estudos sobre corpo e movimento. Currículo Lattes: <http://lattes.cnpq.br/0005404416774541>
- sandyamorim292@gmail.com

KRYSLA GABRIELLA TAVARES RAMALHO

- <https://orcid.org/0000-0001-6964-9789>
- Graduanda em Licenciatura em Educação Física pela Universidade Federal de Alagoas (UFAL), campus Arapiraca. Possui experiência acadêmica e prática na área educacional, destacando sua participação no Programa Institucional de Bolsa de Iniciação à Docência (PIBID) entre 2022 e 2024, atuando no desenvolvimento de práticas pedagógicas voltadas ao ensino fundamental e à integração entre escola, família e comunidade. Ao longo de sua formação, realizou cursos de extensão universitária voltados à pesquisa científica, educação, cultura e questões sociais, ampliando sua base teórica e metodológica. Participou ativamente de projetos de extensão, com destaque para o projeto “Coco de Roda: Conectando Espaços e Comunidade”, promovendo a valorização da cultura local e a integração entre diferentes áreas do conhecimento. Também possui experiência em produção científica, com trabalho publicado em anais de evento acadêmico na área de saúde e atividade física, abordando estratégias de promoção da saúde. Tem como objetivo profissional contribuir para a promoção de práticas corporais, culturais e educativas, com foco na inclusão social e no desenvolvimento integral dos indivíduos. Currículo Lattes: <https://lattes.cnpq.br/5746501227908761>
- krysla.ramalho@arapiraca.ufal.br

BRUNO GIUDICELLI

- bruno.giudicelli@arapiraca.ufal.br

PETRA SCHNNEIDER LIMA DOS SANTOS

- <https://orcid.org/0000-0001-5620-3729>
- Doutora e Mestra em Educação pelo Programa de Pós Graduação em Educação da Universidade Federal de Alagoas. Pós-graduada em Metodologia do Ensino e da pesquisa em Educação Física, Esporte e Lazer pela Universidade Federal da Bahia - UFBA (2011). Possui graduação em Educação Física Licenciatura pela Universidade Federal de Alagoas UFAL- Campus Arapiraca (2011) e Educação Física Bacharelado pela Faculdade de Ensino Regional Alternativa - FERA (2020). Possui graduação em Pedagogia Licenciatura pela Faculdade de Ensino Regional Alternativa - FERA (2017). Atuou como professora Substituta na rede federal - Educação Física no Instituto Federal de Alagoas - IFAL/Campus Batalha (2021 - 2023) e no curso de Educação Física - Licenciatura na Universidade Federal de Alagoas - Campus/Arapiraca (2013 - 2014) e

(2018 - 2019). É pesquisadora do grupo LEPEL - Linha de Estudo e Pesquisa em Educação Física Esporte e Lazer desde 2010. Atualmente é professora na Educação Básica, Formadora de Educação Física na rede Municipal de Educação de Arapiraca - AL e Professora do Curso de Educação Física - Licenciatura UFAL/Arapiraca Currículo Lattes: <http://lattes.cnpq.br/7423799353961613>

- petra.edf@gmail.com

OPEN ACCESS

REVISTA INTERNACIONAL EDUCON

PREFIXO DOI 10.47764 · ISSN 2675-6722 · Qualis (2021-2024): A4
<https://grupoeducan.com/revista>

GRUPO DE ESTUDOS E PESQUISAS EDUCAÇÃO E CONTEMPORANEIDADE (EDUCON/CNPQ/UFS)

UNIVERSIDADE FEDERAL DE SERGIPE

EDITORA-CHEFE

Profa. Dra. Veleida Anahi Capua da Silva Charlot 

EDITOR CIENTÍFICO

Prof. Dr. Yan Capua Charlot 

EDITOR HONORÁRIO (in memoriam)

Prof. Dr. Bernard Charlot 

COMO CITAR · APA

Silva, S. A., Ramalho, K. G. T., Giudicelli, B., & Santos, P. S. L. dos. (2026). Menstruação e formação docente: o silenciamento dos corpos que menstruam em um currículo de Educação Física. *Revista Internacional Educon*, 7(1), 2026.e07.1824.
<https://doi.org/10.47764/2026.e07.1824>

COMO CITAR · ABNT

SILVA, S. A.; RAMALHO, K. G. T.; GIUDICELLI, B.; SANTOS, P. S. L. dos. Menstruação e formação docente: o silenciamento dos corpos que menstruam em um currículo de Educação Física. *Revista Internacional Educon*, v. 7, n. 1, 2026.e07.1824, 2026. DOI: 10.47764/2026.e07.1824

COPYRIGHT © 2026. Autores. Este é um artigo de acesso aberto distribuído sob os termos da licença **Creative Commons Attribution (CC BY)**. O uso, distribuição ou reprodução em outros fóruns é permitido, desde que o(s)

autor(es) original(is) e o(s) proprietário(s) dos direitos autorais sejam creditados e que a publicação original nesta revista seja citada, de acordo com a prática acadêmica aceita. Não é permitido nenhum uso, distribuição ou reprodução que não esteja em conformidade com esses termos.

HISTÓRICO EDITORIAL

Submissão recebida 29/01/2026

Revisões solicitadas 01/03/2026

Correção enviada 29/03/2026

Decisão editorial 27/05/2026